



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JOSÉ POLICE NETO

AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 13/05/2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento declaro abertos os trabalhos da 8ª Audiência Pública de 2015. É a primeira audiência pública que realizamos para instrução do PL 156/2015, de autoria do Executivo, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2016, LDO 2016.

Informo que essa reunião está sendo transmitida, ao vivo, pelo portal da Câmara Municipal, no endereço www.camara.sp.gov.br no link Auditorios On Line. E a íntegra da transcrição estará também, à disposição da sociedade, no link Audiências Públicas Registros Escritos.

Foram convidados para a reunião o Sr. Marcos de Barros Cruz, Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico e do Tribunal de Contas, seu representante o Sr. José Perez Filho. É isso? (Pausa) Ele ainda não chegou, mas o Tribunal de Contas está bastante preocupado com a LDO da Cidade. Ah, é verdade, é José Janeiro Perez, ele deve ter imaginado que era outra data a reunião.

De qualquer maneira, dando licença ao Vereador Paulo Fiorilo que vai atender o telefone, vamos iniciar nossa audiência chamando a representação do Executivo, porque, infelizmente, o Sr. Secretário Marcos de Barros Cruz, titular da Pasta, parece-me que teve compromisso mais importante que esse. Talvez a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016 seja segunda na escala dele, no dia de hoje, mas, com uma conversa rápida com o Relator da matéria, fui informado por ele que fará todos os esforços para que o Secretário esteja na Câmara Municipal, na 2ª Audiência Pública. É isso, Sr. Relator? (Pausa) Sim.

Então há uma possibilidade aberta pelo diálogo, mas de qualquer maneira, quero agradecer muito a presença do funcionário de carreira, Ceron, que vai nos acompanhar e trazer as informações do Executivo. Faço questão de agradecer muito sua presença, não só nessa reunião, mas em todas que, pelo menos eu, enquanto Presidente, realizei. Tivemos ainda não só a presença do Ceron, como também da equipe estável daquela Secretária. É uma

pena que os funcionários chamados pelo Sr. Prefeito e, portanto, têm, na sua responsabilidade, a decisão política, tenham evitado esta comissão, o que, infelizmente, nos deixa entristecido pelas relações democráticas e republicanas que o Parlamento tenta ter, sempre, com o Executivo. Perde a sociedade, enquanto a Câmara – representação legítima do povo – não goza do Executivo o prestígio que gozamos dos funcionários de carreira que sempre nos acompanham. Então peço para o Ceron que divida a Mesa conosco, pois é ele que vai apresentar a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016, num debate franco, honesto e verdadeiro. Essa lei que será a orientação para o último ano do Prefeito Haddad. Na realidade, do último deste mandato, porque o Vereador Tatto já me informou que o Prefeito Haddad está imbuído de todos os propósitos de conseguir confirmar, mais uma vez, seu mandato por mais quatro anos. Vamos, então, debater a diretriz orçamentária do último ano já conquistado do Prefeito Haddad.

Vou passar imediatamente a palavra ao Ceron, pedindo licença ao Relator e anunciando a todos, àqueles que não nos acompanharam, que o Vereador Jair Tatto, depois de um debate com a presidência e a equipe que dá suporte a essa comissão – nossos consultores técnicos –, aceitou o desafio de escrever a última Lei de Diretrizes Orçamentárias da primeira gestão – talvez não última – do Prefeito Haddad e, portanto, assumiu o compromisso, inclusive, de dialogar, de maneira muito efetiva, sobre as inovações que o texto constitucional federal traz a esse processo, que são: as emendas impositivas; a nova legislação definida não pelo Legislativo, e, sim pelo Judiciário, que definiu uma nova regra para pagamentos de precatórios; a nova fórmula que teremos, a partir do ano que vem, para a dívida ser ‘re re re’ renegociada; e também as inovações trazidas pelo Executivo, porquanto do processo de desestatização de diversos próprios do Município, como as anunciadas vendas: do Pacaembu, do Anhembi, bem como um novo modelo de gestão para o Autódromo de Interlagos; e a venda de uma área de mais de 600 mil metros quadrados na Cidade Tiradentes; a venda de nosso patrimônio de iluminação da Cidade, concessão via uma PPP.

Então estamos num momento de profundas alterações na Cidade e elas devem estar refletidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano que vem.

É sobre essa ótica que iniciamos o debate da Lei de Diretrizes Orçamentárias agradecendo, mais uma vez, o Ceron, que traz, mais uma vez, a experiências dos funcionários concursados, aqueles que se mobilizaram para servir a sociedade paulistana, desde o ingresso no serviço público e a investidura.

Tem a palavra o Sr. Ceron.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Bom dia a todos. Meus cumprimentos a todos os presentes, principalmente aos membros da Mesa. Obrigado pelas palavras, Sr. Presidente Vereador José Police Neto. Além da Lei de Diretrizes Orçamentárias, como já introduzido, quero dizer que ela representa o elo entre o PPA e a Lei Orçamentária do próximo exercício. Ela é um mecanismo que prepara a LOA e dá diretrizes básicas para o planejamento orçamentário do exercício de 2016.

Nesse ano, há alguns fatores que merecem um destaque especial. O primeiro, é a própria dificuldade de estabelecer previsões seguras para o exercício de 2016, tendo em vista, nesse momento, todo o cenário econômico que estamos vivenciando.

Portanto, ela foi elaborada no início de março – final de fevereiro, início de março – então foram previstas algumas hipóteses com base no consenso do mercado naquele momento, e que só vamos ter uma relativa segurança mais para o final do exercício, ou, de alguma forma, com um pouco mais de consistência em meados do exercício. Aí, sim, na elaboração da proposta orçamentária, poderemos, de fato, encaminhar uma previsão um pouco mais segura em relação a esse 2016.

De toda a forma, a receita estipulada para o exercício de 2016 está na faixa de 50 bilhões, o somatório da receita corrente e capital; 53 para o exercício de 2017; e 56 para o exercício de 2018. Aqui, pressupõe um crescimento econômico, um crescimento do PIB total, para o exercício de 2016, da ordem de 1.5%, o que, hoje, já não acompanha a média do

mercado, mas, no momento da elaboração da proposta orçamentária, se for o caso, vamos rever esse cenário.

Outro destaque importante na LDO – como o próprio Presidente Vereador José Police Neto comentou – é o fato dela contemplar, ou pelo, preparar que a proposta orçamentária contemple a renegociação da dívida.

Para quem não conhece hoje, o Município ingressou - com a lei complementar aprovada no ano passado, e até o momento não regulamentada, nem mesmo os aditivos assinados com o Governo Federal –, no final do mês passado, com ação judicial pedindo a regulamentação, pedindo o depósito em juízo com base nas novas regras previstas nessa lei complementar, e conseguimos uma liminar. Hoje já estamos efetuando os pagamentos com base nessa liminar. Então, por conta disso e por conta de todo o contexto político, bem como o debate no Congresso em torno do assunto, principalmente na linha de que, no máximo, esses contratos vão ser aditivados até o início de 2016, a proposta já contempla a renegociação da dívida. É claro que ainda não temos uma posição definitiva por parte do Tesouro Nacional quanto aos cálculos que consideramos adequados ou o método adequado de aplicação da nova lei. Podemos ter algumas variações, mas estamos confiantes que os nossos cálculos vão prevalecer, até por causa da renegociação da dívida, do fato de contemplar a renegociação da dívida dentro da LDO, as metas fiscais têm números que fogem um pouco ao comum.

Por exemplo, o resultado nominal para 2016 é negativo em 36 bilhões. Do ponto de vista do resultado nominal significa que a variação do endividamento do Município, em 2016, será negativa em 36 bilhões, o que significa que será reduzido em 36 bilhões e esse montante bastante volumoso é decorrente do recálculo da dívida previsto na lei complementar. Essa é a nossa estimativa atual do impacto que o aditivo do contrato vai gerar para o Município. E são claros também os seus reflexos sobre os pagamentos de juros e amortização de dívida.

Um último fator que merece destaque é um fator de risco. Temos ainda pouca segurança em relação ao que de fato vai ocorrer em 2016, mas é em relação aos precatórios.

O STF recentemente julgou a matéria, modulou a matéria, esse julgamento já vem de algum tempo, mas ainda não tem o acórdão definitivo e principalmente não se tem claro qual será a regra aplicada para o exercício de 2016. Há variações de entendimento quanto a como será feita a interpretação da modulação do STF, por causa disso permanece como um risco.

Talvez na proposta orçamentária tenhamos já um cenário mais claro. Há uma movimentação em torno da elaboração de uma PEC que consiga estabelecer um limite de comprometimento das receitas, pelo menos até o exercício de 2020 para que os estados e municípios não sejam surpreendidos com o aumento abrupto do desembolso para precatórios. Então por enquanto estamos tratando como um risco, acompanhando muito atentamente, tentando participar do debate e para o Município de São Paulo isso é extremamente relevante. Pode também ter impactos importantes para execução orçamentária de 2016.

Essas são as introduções que gostaria de fazer de forma bem rápida e ficar aberto a qualquer tipo de questão, de dúvida quanto à elaboração da proposta ou outras que queiram encaminhar nesta audiência.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Está aí apresentada a inicial. Vou passar imediatamente a palavra ao nosso relator e depois já temos inscrito o Vereador Aurélio Nomura.

O SR. JAIR TATTO - Primeiro, bom dia a todos, saudar a presença dos Vereadores Aurélio Nomura; Ricardo Nunes, que foi nosso relator do orçamento para 2015; Adilson Amadeu; Ota e o Presidente desta Comissão, Vereador Police Neto. O Vereador Paulo Fiorilo estava presente, justificou, foi dar uma entrevista, mas a entrevista será rápida e ele volta.

Agradecer ao Rogério Ceron, tenho certeza e quero concordar, Presidente Police Neto, eu que estou no terceiro ano nesta Comissão, consideramos que o titular da pasta seria bem vindo e que a Comissão até seria mais respeitada neste aspecto. Sem demérito nenhum ao Rogério Ceron, que vem acompanhando e já prestou grandes serviços a essa comissão. Temos certeza do quanto ele está instruído, tanto na questão da LDO, quanto na do LOA.

De qualquer maneira, quero agradecer muito e lamentar a ausência, mais uma vez, do representante do Tribunal de Contas do Município.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – O representante chegou.

O SR. JAIR TATTO – Chegou? Não ouvi V.Exa. anunciar, perdoe-me. V.Exa. pode anunciar a presença dele novamente para as Notas Taquigráficas da Câmara?

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Anuncio a presença do Sr. José Janeiro Perez Filho, servidor da Subsecretaria de Fiscalização e Controle, responsável neste momento pela representação do Tribunal de Contas. Tão logo V.Exa. termine sua abordagem, vou pedir que ele se apresente para que todos o conheçam. Eu acabei conhecendo-o no dia de hoje. Já fiz chegar ao Presidente do Tribunal de Contas também o desagravo desta comissão pela incapacidade que o Tribunal tem de oferecer a esta comissão, pelo menos, a presença de um dos cinco conselheiros nesses debates importantes.

— Não é demérito nenhum aos conselheiros conseguir pelo menos uma vez ao ano ou duas vezes ao ano, quando se discute LDO, quando se discute o Orçamento ou quando se aprovam as contas nós termos junto conosco o órgão auxiliar prestando esse auxílio direto.

A burocratização das nossas relações com o Tribunal tem rendido prejuízo ao Município. A prova disso é que o Secretário Jilmar Tatto, Secretário dos Transportes, nesses últimos dois anos não conseguiu licenciar e inserir na praça nenhum dos corredores, porque o Tribunal encontrou dificuldades em todos eles. Acho que o Parlamento deve funcionar de maneira efetiva para reduzir essas distâncias.

O SR. JAIR TATTO – Quero me desculpar ao nosso amigo funcionário do Tribunal de Contas e novamente reafirmar e lamentar as tantas vezes que vim aqui na oportunidade de ver a presença de alguém do Tribunal. E hoje não foi possível vir novamente a esta comissão.

Como Vereador de primeiro mandato e na condição de Relator da LDO, o que muito me honra, tarefa que esta comissão me conferiu, quero fazer sempre um pedido. Quando vamos discutir a LDO, o Orçamento do Município – LOA - sempre privamos para que haja a

maior participação popular possível. Ano passado houve um prejuízo por ter sido um ano eleitoral. Foi ótimo, porém não tivemos a oportunidade de circular pela Cidade como fizemos o ano retrasado. Carregamos muito aqui, foi um grande debate, não tenho dúvida disso. Foram 72 horas de debate, mas coincidir com o período eleitoral nos atrapalhou. A verdade é essa.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JAIR TATTO – Vereador, atrapalhou, porque eu fiz o ano retrasado. Se no ano retrasado circulei em nove regiões da Cidade e participei também das audiências públicas e as audiências internas na Câmara, e no ano passado não andei pela Cidade discutindo o Orçamento, atrapalhou sim. Mas, tudo bem.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. JAIR TATTO – Então, o meu pedido, considerando que queremos uma melhor participação popular possível, é para que os técnicos e entendidos. Que tenhamos uma versão mais didática possível para o Orçamento do Município da Cidade. Então, quero pedir ao Sr. Rogério Ceron que se houver uma oportunidade de ampliar um pouco mais a sua fala, no sentido do que, de fato, representa o que é LDO e o que é LOA para o conjunto da Cidade, até porque isso tudo será transmitido, está sendo aqui gravado, ficaria muito satisfeito.

Aproveitando a oportunidade, farei algumas indagações.

A primeira pergunta é a seguinte: no dia 25/03 a Imprensa divulgou que o STF decidiu que os precatórios deverão ser quitados até 2020. Além disso, o indexador mudou, deixando de ser a TR e passando a ser o IPCAE - Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – e os precatórios tributários deverão observar os mesmos critérios pelos quais a Fazenda pública corrige os seus créditos tributários.

Segunda questão. O estoque de precatórios da Municipalidade, que se aproxima de 17 bilhões, é o maior do País. Se fosse pago no final de 2014, de uma única vez, significaria quase 50% da receita corrente líquida. Mesmo na hipótese de modulação de pagamento em cinco anos, o pagamento seria algo próximo de 10% da receita corrente líquida,

aproximadamente 2,4 bilhões ao ano, o que inviabilizaria a Cidade. Para conseguir essa quitação, a Prefeitura deverá aumentar seus gastos com precatórios para 2,412 bilhões em 2016, ou aproximadamente mais 120% que os gastos de 2015.

Pergunta: como a Prefeitura pretende reagir a essa decisão? Já há alguns cálculos mais precisos dos custos dessa medida? O acórdão já foi publicado?

Então, Sr. Presidente, começo com essas indagações, permitindo que os outros colegas também possam usar a palavra. Não sei como será a dinâmica, se será respondida uma por uma.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Usarei a dinâmica que tem sido praxe da Casa. Vamos reunir um primeiro conjunto de participação dos Srs. Vereadores, permitindo uma resposta, assim esperamos, integral do Executivo. Depois, se necessário, uma nova rodada junto aos Srs. Vereadores.

Tem a palavra o nobre Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Sr. Presidente, só uma dúvida: na realidade, todos os Srs. Vereadores falarão e depois o Sr. Secretário Adjunto. Não ficará muito difícil de entendermos a resposta? Porque, geralmente, como praxe, ouvimos dois Srs. Vereadores; passamos para o Sr. Secretário falar a respeito; mais dois. Porque, senão, ficará muito extenso e vamos nos perder nas respostas.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Podemos fazer dessa forma. Como o Relator fez apenas um questionamento, que é dos precatórios, isso vai do ritmo dos questionamentos. Se V.Exa. realizar também só, teremos duas perguntas, e assim por diante. Mas, se V.Exa. já, ao final, ilustrar um conjunto de questionamentos que necessitem de uma resposta imediata, sem dúvida alguma, o Sr. Secretário será instado a responder.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Sr. Presidente, obrigado.

Cumprimento o Sr. Secretário Rogério Ceron; o nosso Presidente; os nobres Vereadores integrantes da Comissão de Finanças; o representante do Tribunal de Contas, o

Sr. José Janeiro Peres Filho e todos os que participam desta audiência pública.

O projeto de LDO, de 2016, acrescenta, no § 2º, artigo 31, o seguinte texto: “recursos orçamentários de fontes vinculadas que, durante a execução do orçamento, sejam considerados prescindíveis poderão ser anulados com a finalidade de servir à abertura de créditos adicionais”.

Pergunto por que só agora este texto passa a figurar na LDO? Isso não significa – que está me parecendo – que os remanejamentos de recursos feitos nos orçamentos de 2013 e 2014 foram irregulares, como várias vezes questionei aqui nas audiências.

A Prefeitura tem argumentado que os atrasos nas obras e muitas outras ações são por falta de recursos em caixa. Porém, verificando o projeto da LDO, para 2016, verifica-se que a estimativa de arrecadação para 2016 com aplicações financeiras é de mais de um bilhão de reais. O senhor poderia explicar essa matemática – que não estou entendendo até agora - de não ter recursos para obras, mas contar com rentabilidade de um bilhão de reais?

No orçamento de 2015, os recursos para pagamento e amortização da dívida totalizam 4,3 bilhões de reais – o Vereador Tatto também mencionou. Para 2016, a previsão para esses mesmos itens soma 3,1 bilhões.

Conforme constatamos na página 25, “as despesas com a dívida pública desta municipalidade foi projetada de acordo com a proposta de regulamentação do Governo Federal conhecidas atualmente”. Gostaria de saber, em primeiro lugar, quais são essas propostas conhecidas do Governo porque não há nem necessidade de votar esta lei porque já está tudo ok, já está tudo acordado com o Congresso Nacional, inclusive.

Porém, sabemos também que o Prefeito Fernando Haddad obteve uma liminar, conforme disse o nosso relator Jair Tatto, para pagar em juízo a dívida da União. Eu gostaria de saber se, em função dessa nova situação, quais são, de fato, os recursos destinados para pagamento e amortização de 2016 com a União, já que este valor não está atualizado neste projeto da LDO? Já é de conhecimento, por que não fez a atualização?

No orçamento de 2015, o total de recursos para repasse ao Iprem é de 2,6 bilhões. Porém, consta neste projeto de LDO que o repasse é de 3,05 bilhões em 2015, conforme verificamos na página 55. Isso significa que será preciso suplementar mais de 450 milhões? Essa é a pergunta. A outra: com relação às transferências da União, foram orçadas em 2,28 bilhões. Mas, até abril, foram realizados apenas 91 milhões - ínfimos 3,9%.

Com relação às transferências dos convênios da União, foi orçado, para 2015, 1,9 bilhão e, até agora, foram realizados insignificantes 120 mil, ou seja, 0,06%.

Todos nós sabemos - e estamos acompanhando pelo jornal, pela imprensa - que o Governo Federal precisa fazer um ajuste fiscal vigoroso, tanto que está também cortando os direitos dos trabalhadores; e sabemos que as condições estão muito difíceis para atender os compromissos com os municípios; o Fies já não existe mais; está reduzindo absolutamente. O nosso representante aqui da Câmara Municipal, o Ministro Antonio Carlos Rodrigues, numa declaração que fez na Câmara alta, afirmou que não tem recursos. Para todos os Deputados e Senadores presentes, S.Exa. afirmou que não tinha nada de recursos.

Então, já que estamos no meio do ano, gostaria de saber se o senhor acredita que os recursos federais virão, conforme constam no Orçamento de 2015.

Outra pergunta: o senhor não concorda que está na hora de fazer um orçamento de verdade para que, de fato, a população seja atendida e que as promessas não sejam em vão? Não podemos mais acusar o Governo Federal de que não recebemos recursos. Se já sabemos que não virão, então não coloca.

Outra pergunta: já que as transferências da União – que são usadas para realização de obras - não vieram no ano passado e não há perspectiva - volto a falar - de virem este ano, e não há segurança também de que virá no ano que vem, não seria mais transparente e mais justo com a população fazer a suplementação no momento em que os recursos entrarem, ao invés de inserir os recursos na Fonte 2, Recursos Federais, no Orçamento, sem qualquer perspectiva de que virão?

Outra pergunta: o Município de São Paulo foi o primeiro a conseguir a liminar para pagar em juízo a dívida com a União, e já contraiu novos empréstimos. São Paulo segue o Rio de Janeiro – que também obteve uma liminar. Pergunto: São Paulo continuará seguindo o exemplo do Rio e também contrairá novos empréstimos cujos reflexos serão sentidos daqui a cinco anos, ou seja, na próxima Administração?

Próxima pergunta: por que se insiste em metas tão grandiosas inseridas no projeto de lei da LDO de 2016, quando todos sabemos que dificilmente poderão ser cumpridas? Gostaria de citar alguns exemplos: Primeiro, ampliar a rede de CEU em 20 unidades. Volto a falar: ampliar a rede do CEU em 20 unidades. Sabemos que até agora, dois anos e meio do Governo, só um foi implantado. Só um foi implantado. (Pausa) E o Sr. Presidente, nobre Vereador José Police Neto, está me corrigindo aqui, não foi nem implantado, foi cercado.

Outra. Construir 243 Centros de Educação Infantil. Só seis foram concluídos, pela Prefeitura, até o momento.

Outra. Construir 65 Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEIs – e só um Centro Municipal de Educação Infantil – CEMI. Até agora, só 21 EMEIs foram entregues pela atual Administração.

Não é à toa que faltam creches, faltam escolas. Temos 180 mil crianças fora das escolas e fora das creches e isso mostra o porquê. Porque o Governo não está fazendo absolutamente nada.

Outra. Produzir 55 mil unidades habitacionais. Até agora foram entregues 3.770 unidades e já estamos há dois anos e meio do início desta Administração. Essa situação fica mais agravada quando já sabemos que todas essas metas estão atreladas às fontes 02, ou seja, oriundas do Governo Federal – e que dificilmente serão realizadas, tendo em vista o ajuste fiscal do Governo Federal.

Então, gostaria de perguntar se V.Exa. não concorda que esta LDO, mais uma vez, é efetivamente uma peça de ficção?

Essas seriam as minhas perguntas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Secretário Adjunto de Finanças e Orçamento, Sr. Rogério Ceron de Oliveira.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Respondendo a primeira pergunta do nobre Vereador Jair Tatto, com relação aos precatórios.

Como já havia mencionado, ainda não há o acórdão definitivo publicado e há uma ansiedade pela publicação para se entender alguns detalhes que não são triviais e que impactam bastante a execução dos próximos anos. A decisão estabelece que o estoque tem de ser quitado em, no máximo, cinco anos. Então, há duas interpretações possíveis: que a alíquota tem de ser imediatamente elevada para cumprir, de forma linear, essa redução de estoque até 2020; e a outra é de que os desembolsos que, atualmente, estão sendo feitos, caso eles não sejam suficientes para quitar o estoque até 2020, os municípios e o Estado, em 2020, precisarão quitar a diferença ou encontrar uma operação de crédito para reestruturar essa dívida e quitar essa obrigação. Então, isso muda bastante a situação do Município em uma ou em outra interpretação.

De toda forma, é, de fato, um estoque elevado. O Município detém quase 18 bilhões de reais em estoque de precatórios. Como eu disse, também há uma discussão no Congresso sobre a possibilidade de uma PEC para regular, estabelecer um teto de comprometimento com os precatórios, pelo menos até o exercício de 2020, de forma a não criar uma ruptura entre um exercício e outro. Então, de fato, não temos como garantir o que vai acontecer, ou qual seria o cálculo correto para o exercício de 2016. Então, de fato, é um item que é um risco e que vamos precisar de um pouco mais de tempo para entender e ter segurança para apresentarmos um cenário para a Casa.

Em relação aos questionamentos do nobre Vereador Aurélio Nomura. Primeiro, sobre a questão das movimentações orçamentárias em fontes vinculadas. Esse é um

questionamento recorrente e até por isso foi feita a inserção na LDO para que fique mais claro que uma simples movimentação orçamentária não gera qualquer outro tipo de consequências, não havendo qualquer irregularidade em relação ao assunto. É mais uma tentativa de esclarecer, tornar mais claro à população e à própria Casa, o que é e para que servem essas movimentações.

Só para entender, as fontes vinculadas são recursos repassados por convênios, programas ou fundos que tenham uma destinação específica. Então, o recurso financeiro, dessas fontes vinculadas, fica segregado a uma conta corrente específica. Todo ano há previsão orçamentária para a utilização dessas fontes vinculadas de acordo com os convênios, com os programas e com os fundos que existem.

No decorrer da execução, muitas vezes, há uma sobra orçamentária. Ou seja, embora o recurso financeiro pode não ter ocorrido de acordo com a expectativa do Executivo, do Poder Público Municipal, então há uma previsão de despesa de um valor e a receita que, de fato, ingressou desses convênios é menor. Então, você tem uma sobre orçamentária, que você pode remanejar isso para outras aplicações, sem que isso configure qualquer tipo de problema, ou desvio de aplicação de recursos.

O outro cenário é que mesmo havendo disponibilidade financeira, por alguma razão não há perspectiva de execução integral daquele orçamento previsto para o exercício e, também, você pode fazer, em caso de necessidade, o remanejamento orçamentário. O remanejamento orçamentário não significa qualquer tipo de implicação financeira. Não há utilização dos recursos financeiros vinculados para outra finalidade e isso, sim, caracterizaria uma irregularidade. A movimentação orçamentária é meramente formal e não gera consequências. Então, a ideia de colocar isso na LDO é justamente para deixar um pouco mais claro o mecanismo.

Quanto à existência de recursos em caixa e a discussão sobre a dificuldade de receitas para o exercício, isso também tem a ver com as fontes vinculadas. O Município possui,

aproximadamente, 5, 6 bilhões de reais em caixa – isso é o tradicional e vem até se reduzindo nos últimos anos, fruto até da maior utilização dos recursos vinculados que estavam parados há muito tempo, principalmente operações urbanas. O fato de esses recursos vinculados ficarem em caixa aguardando a sua aplicação, isso precisa ser bem gerido. Então, de fato, há um rendimento financeiro deles, mas não há uma contradição com a dificuldade de recursos na fonte municipal, que é aberta a qualquer aplicação e recurso.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Mas, Sr. Secretário, V.Exa. não acha um exagero contar com a rentabilidade de um bilhão? Essa é a previsão?

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – A receita patrimonial inclui rendimentos financeiros e algumas outras receitas. Parte expressiva dela é decorrente de rendimentos financeiros.

Vale mencionar que essas aplicações são referenciadas ao CDI, que representa, grosso modo, a Selic. Do ano passado para este ano, tivemos uma elevação substancial dessa taxa. Então, na ordem de mais de 30 a 40%. Então, de fato, há uma ampliação decorrente, não do aumento do estoque de recursos que temos, mas, sim, da rentabilidade dessas aplicações por conta da elevação da taxa Selic.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Mas estamos falando de 2016, na realidade. Pelo projeto da LDO, a estimativa de arrecadação, com as aplicações financeiras de 2016, será de mais de um bilhão. Então, na realidade, as aplicações financeiras manterão o mesmo volume.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Bom, hoje, o consenso do mercado é que não há uma grande perspectiva de redução dessas taxas para o exercício de 2016. Como elas são bem maiores que o exercício de 2014 ou até mesmo início de 2015, gera, de fato, um rendimento. Se os senhores olharem em relação ao saldo médio, que é da ordem de 6 bilhões de reais, que é o necessário para se administrar, fazer a máquina gerar e que é o tradicional estoque de recursos que permanece no Tesouro, a uma Selic média de 13,5, 14%, vamos chegar próximos de um bilhão de fato. Então, não há contradição nesse número e ele é

decorrente da elevação da taxa de juros no País, o que não é desejável, mas que é a conjuntura atual.

Em relação à dívida, de fato, ela foi contemplada na proposta orçamentária. A dúvida, a discussão gira em torno de quais são os termos dessa regulamentação. O Congresso vem discutindo, inclusive já foi aprovado no Senado e agora está na Câmara dos Deputados, uma emenda à lei complementar que aprovou a renegociação. A emenda original previu o recálculo da dívida com os entes – Estados e Municípios – entre a variação dos encargos originais; permitiu um desconto entre a variação dos encargos originais e a variação da Selic no período desde a assinatura dos contratos até janeiro de 2013, e isso representa uma redução substancial do estoque no caso do Município, e previu, também, a partir de janeiro de 2013, a correção por IPCA mais 4% ou Selic, o que for menor.

No entanto, a lei complementar, embora tenha deixado autorizado ao Executivo celebrar os aditivos, ela não estabeleceu uma data para a celebração dos aditivos. Até o momento, a União acabou não regulamentando os contratos. Até por conta disso, o Senado aprovou uma emenda, à lei complementar, estabelecendo o prazo de 31 de janeiro de 2016 para a celebração dos aditivos contratuais, por parte do Governo Federal, com os Estados e Municípios. Então, essa emenda foi remetida para a Câmara dos Deputados e está em discussão e, em sendo aprovada, ela estabelece um marco definitivo.

Por conta disso e por conta do fato de o Município do Rio de Janeiro ter celebrado um acordo judicial com a União, em que a União se compromete igualmente a regulamentar e a celebrar o aditivo contratual até o início de 2016; considerando também que o Município conseguiu uma liminar, nessa discussão judicial, e pode também celebrar um acordo judicial em termos semelhantes, há um nível de segurança relativamente alto que, para o exercício de 2016, ao menos, os aditivos contratuais já poderão ser celebrados e o Município poderá gozar dos benefícios da nova lei.

Então, por isso, como a LDO é a preparação para a proposta orçamentária, ela dá

as diretrizes básicas, então, ele deixa de ser um cenário um pouco mais distante e se torna um pouco mais real.

Então, de fato, ele foi contemplado porque, hoje, é o cenário no qual o Executivo trabalha. No cenário-base 2016, teremos a regulamentação da dívida e acho que já há elementos formais, oficiais, que possibilitam isso. Isso, de fato, gera uma redução do desembolso mencionado.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Exatamente. E por que não foi atualizado?

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Como assim, atualizado?

O SR. AURÉLIO NOMURA – Na realidade, o que estamos vendo, tendo em vista essa nova situação, queria entender qual é o fato que o total desses recursos destinados ao pagamento e à amortização das dívidas, em 2016 com a União, esse valor não foi atualizado no projeto da LDO? Já temos os fatos, mas ele não foi atualizado.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Ele foi contemplado. Se caso os senhores repararem nos desembolsos de juros e encargos da dívida e amortizações da dívida, o somatório deles representa 3,1 bilhões.

Atualmente, nós desembolsamos algo como 4,5 bilhões. Então há uma diferença de aproximadamente 1,5 bilhão a menor de desembolso previsto para 2016, que seria decorrente do menor nível de desembolso em função da redução do estoque da dívida.

O SR. AURÉLIO NOMURA – No orçamento de 2015, os recursos para os pagamentos da dívida e para amortização da dívida totalizaram 4,3 bilhões. Para 2016, a previsão para esses mesmos itens somam 3,1 bilhões. É isso?

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Deixe-me olhar aqui. (Pausa) É isso.

Conforme consta da página 25, “as despesas com a dívida pública desta municipalidade foi projetada de acordo com a proposta de regulamentação pelo Governo Federal conhecida atualmente”. Como sabemos que conseguimos a liminar, acompanhando a

mesma sugestão do que aconteceu em janeiro, estamos depositando em juízo a diferença da dívida. Vem a minha pergunta: em função da nova situação, qual é o motivo que o total dos recursos destinados ao pagamento e amortização da dívida, em 2016, com a União, já que esse valor não foi atualizado no projeto da LDO? (Pausa) E não foi atualizado.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – No momento da elaboração da LDO, esse comentário acerca das discussões, das tratativas no Congresso, ele foi materializado com a aprovação do Senado, que é o que eu mencionei há pouco. Naquele momento, final de fevereiro início de março, havia várias discussões no Senado acerca do estabelecimento de uma data limite para a regulamentação da dívida. Essa data apontava janeiro de 2016. Em sendo aprovada, naquele momento, ela geraria o fato de que em 2016 poderíamos instruir com os benefícios da nova lei. Entre o momento da elaboração do texto e o presente momento, essa proposta em discussão no Senado foi aprovada no Senado, de fato, e encaminhada para ratificação na Câmara dos Deputados. O que era uma discussão, hoje está materializado com a aprovação do Senado. Cria então um cenário mais previsível para 2016 em relação à dívida.

Além disso, conseguimos a liminar em relação a dívida, e já estamos amortizando, pelo menos a parcela de abril já foi paga com base nos novos encargos previstos na nova lei complementar. E isso significou – para que todos saibam – um desembolso de 100 milhões de reais a menos do que deveria ser desembolsado. Essa liminar, esse pagamento está sendo feito com base numa liminar e esses recursos precisam ficar provisionados para o momento. Por enquanto, o único cenário a ser trabalho é que, de fato, para o exercício de 2016 o Executivo usufruir os benefícios dessa nova dívida. Para o exercício de 2016 essa redução no desembolso estará contemplada, atualizada na LDO. Tanto é que a diferença entre 4,3 e 3,1, de fato, a explicação é o cenário que leva em consideração a regulamentação da dívida para 2016.

Em relação ao questionamento do Iprem, a LDO, assim como a peça orçamentária, é uma estimativa, contém previsões, é uma peça de planejamento em que ocorre variação em

relação à realidade, é inevitável. O planejamento é feito da melhor maneira possível, mas sempre há variações. No caso do Ipem, ocorre o mesmo. Caso a insuficiência, ela não corresponda, a insuficiência planejada e projetada se mostre maior, o Executivo terá de fazer esforços quanto ao remanejamento de recursos. Isso faz parte da execução, não há como.

Quanto ao questionamento das transferências da União, aí acho que é importante fazer algumas distinções. Para o exercício corrente, os repasses relacionados ao PAC possuem crescimento muito superior ao mesmo período do ano anterior, na ordem dos múltiplos, é mais do que o dobro, quase o triplo do repassado no mesmo período do ano anterior. É claro que a previsão orçamentária estabelece valor bastante elevado de repasse para 2015. Contudo é fruto dos contratos, dos convênios assinados e o Município de São Paulo precisa, o Executivo, de fato, precisa contemplar essa proposta orçamentária. Cada secretaria-fim, que possui esses contratos, elas estão batalhando, correndo atrás das licitações, dos contratos, da execução das obras para que possam ser feitas as medições e os repasses do Governo Federal.

- Manifestações concomitantes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Deixem que ele termine de responder, se não, não conseguimos terminar. O Vereador Police permitiu a possibilidade de perguntas e respostas. Como combinamos que ia ser perguntas e respostas, para avançarmos, quero propor que o Secretário termine. Se houver dúvidas, voltamos.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Seria melhor porque iríamos rebatendo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Melhor para o senhor, pior para os outros que ainda não perguntaram, esse é o problema. Vou deixar que o senhor retorne com a palavra, queria apenas que o Secretário terminasse suas respostas.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Os repasses previstos ao PAC na LDO de 2016, são fruto de convênios assinados, que estão em andamento, obras que estão em andamento. De fato, há um cenário de restrições por parte do Governo Federal, mas do ponto

de vista do Município de São Paulo, temos de trabalhar com os convênios assinados, com os compromissos firmados. Cada pasta tem se empenhado para executar os convênios, e os repasses têm tido crescimento substancial em relação aos exercícios anteriores. Há muito a ser feito para chegarmos a patamares que estão contratados e a finalização das obras, mas estamos, claro, é inegável num ritmo acelerado no desembolso relacionado ao PAC.

Em relação ao programa de metas, a LDO necessariamente precisa contemplar as prioridades da Gestão, que estão espelhadas em termos de investimento e de programas no Programa de Metas. Estamos em plena execução das metas de 2015, o que por si só gera dificuldade em projetar a diferença que falta para o ano de 2016, mas dentro do possível foi feita uma estimativa de forma a contemplar a execução de 100% das metas previstas no Programa de Metas. É claro que a execução ou o debate pontual de uma ou outra meta, precisa ser feita com a área fim. Cada área fim tem feito grandes esforços no sentido de cumprir integralmente as metas. Volto a insistir, estamos em pleno exercício de 2015 e várias das metas, algumas que foram comentadas, elas estão em plena execução. Certamente em 2016 serão finalizadas, ainda que não integralmente, com certeza ficará próximo da totalidade. De toda forma, a discussão pontual das metas será feita com cada área fim.

Uma última questão que foi abordada é quanto às novas operações de crédito, se vamos seguir o exemplo de outros entes. No momento, tanto que a LDO não contemplou nenhuma previsão de operação de crédito. Dentro do Executivo acompanhamos de perto o que vai acontecer com o risco relacionado aos precatórios. A depender da modulação, a depender do desembolso que terá de ser feito ao longo dos próximos exercícios, a eventual margem para operações de créditos serão direcionada, de forma prioritária, para quitação, para equacionamento desse passivo para que isso não gere um colapso das finanças do Município. Então, caso o Município venha a ter margem de operações de crédito e caso a modulação relacionada ao precatório gere um nível de desembolso que o Município não possa arcar com o seu orçamento corrente, vamos nos debruçar no sentido de viabilizar alguma solução por meio

desse instrumento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Vou suspender a audiência pública para que a gente possa abrir a reunião ordinária da Comissão. Depois voltamos para continuar a audiência pública e dirimir as dúvidas dos outros Vereadores.

Suspenderei a reunião por dois minutos, só para que a gente possa fazer a abertura da reunião ordinária.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Paulo Fiorilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Presidente os Vereadores Abou Anni, Adilson Amadeu, Aurélio Nomura, Jair Tatto, Milton Leite, Ota, Ricardo Nunes e Paulo Fiorilo.

Na qualidade de Presidente em exercício da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da décima segunda reunião ordinária de 2015.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, link Auditórios *On-Line*.

Esclareço que o Requerimento nº 25/15, de autoria do Vereador José Police Neto, aprovado pela Comissão em 6/5, solicita, ao Poder Executivo, informações sobre o Programa de Metas 2013/2016, tendo em vista o recebimento de relatório que trata do parágrafo 1º do artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Informo que recebemos solicitação da Secretaria Municipal de Relações Governamentais para que seja confirmado ou indicado o representante da Comissão de Finanças e Orçamento do Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento Participativo – CPOP. O assento é atualmente ocupado pelo Vereador Paulo Fiorilo na condição de titular e pelo consultor técnico legislativo em Economia Alexandre Henrique Cardoso na condição de suplente.

Informo ainda que se encontram na secretaria da Comissão para ciência dos Srs. Vereadores os seguintes documentos: Balanço Geral da Prefeitura do Município de São Paulo referente ao exercício de 2014 e Boletim de Transparência Fiscal de 2014.

Eu vou suspender a reunião ordinária e depois retomamos com as duas questões às quais já fiz aqui referência sobre as informações prestadas para que a gente possa retomar a audiência pública.

Está suspensa a reunião ordinária da Comissão de Finanças.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Paulo Fiorilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Reaberta a audiência pública.

Consulto o Vereador Aurélio se há alguma dúvida. (Pausa)

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Uma única dúvida.

Então, após o Vereador Aurélio, o Vereador Ricardo e o Vereador Adilson.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Obrigado, Presidente.

Eu volto a falar sobre a transferência e convênios da União. Com relação à transferência da União, nós sabemos que foram orçados 2,28 bilhões, mas, até abril, foram realizados apenas 91 milhões. Em relação à transferência de convênios da União, foi orçado, para este ano, 1,9 bilhões e, até abril, foram realizados insignificantes 120, ou seja, o equivalente a 0,06%.

O que a gente está verificando é que o Governo está tendo dificuldade com essa questão do ajuste fiscal. Ele está tirando direitos dos trabalhadores e foi buscar recursos do Banco de Desenvolvimento da China, 30 bilhões para deixar para a Caixa ou o BNDES e vai pegar dinheiro do BNDES, do fundo de garantia, 15 milhões, se não me engano, ou um pouco mais. Além disso, acabou com o FIES e não tem recurso para absolutamente nada.

Agora, o que me deixa preocupado é que este ano não está havendo nada e, para o ano que vem, os grandes investimentos estão baseados em recursos federais. A pergunta, então, que volto a fazer ao Secretário é: após já ter passado da metade do ano, o senhor ainda acredita que virão recursos federais conforme consta no orçamento deste ano?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado, Vereador Nomura.

Tem a palavra o Secretário Ceron e, em seguida, o Vereador Ricardo.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Vereador Aurélio Nomura, como eu disse, os recursos repassados pelo PAC estão num ritmo inegavelmente acelerado de repasses. A variação dos repasses em relação aos períodos anteriores é significativa, são múltiplos de crescimento, e as receitas de capital, as transferências de capital, é bom que se diga, elas não são uniformes ao longo do tempo. Então, o fato de os repasses terem sido da ordem de cem milhões de reais, não impede que, nos próximos meses ou no próprio mês, haja repasses com valores até maiores do que esse.

Os repasses dependem das medições das obras, que estão em execução ao redor da Cidade. De acordo com as medições, o Tesouro Nacional, de acordo com sua disponibilidade financeira, vai repassando e reembolsando o Município. Não tenho como assegurar se os recursos virão na integralidade, mas, certamente, tenho convicção de que o movimento de crescimento é consistente e é substancial. As obras estão em andamento, então, há todas as pré-condições para que nível de repasse se eleve e atinja as expectativas de todos.

É o que posso informar.

- Assume a presidência dos trabalhos o Sr. José Police Neto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado, Presidente José Police Neto.

Agradeço a presença ao Secretário Adjunto Ceron, que sempre tem sido atencioso com a gente. Deixo registrado aqui o contentamento deste Vereador com o Secretário Ceron, uma pessoa tranquila, atenciosa. Acho que é muito importante ter uma relação do Parlamento com o Executivo com pessoas igual ao senhor, Ceron. Quero deixar registrado isso aqui.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Obrigado.

O SR. RICARDO NUNES – Agradeço também a presença ao Sr. José Janeiro, do Tribunal de Contas e já deixo a minha observação, como fizeram os Vereadores Police Neto e

Jair Tatto, sobre o descontentamento por não termos aqui os Conselheiros do Tribunal de Contas, pois a maioria saiu desta Casa. Acho importante deixar registrado que seria de bom grado que os nossos Conselheiros do órgão auxiliar desta Casa comparecessem aos trabalhos da Comissão de Finanças.

Dr. Ceron, a LDO ela está ou não prevendo a questão da nova situação da dívida com a União. Se o senhor só pudesse me falar isso, eu vou poder desenrolar minhas questões.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Está prevendo.

P – Está prevendo? Agora, se só em abril nós tivemos uma economia de cem milhões, ou seja, possivelmente teremos, no mínimo, 1,2 bilhão de despesa a menos com o pagamento da dívida, por que o resultado primário não está acompanhando essa lógica? Porque na LOA de 2015 nós temos 2,6 bilhões e, na LDO de 2016, 1,7. Não está descompassado o resultado primário em relação a essa nova situação da dívida, Dr. Ceron? Essa é a primeira questão.

A segunda questão que eu queria expor, que é de suma importância e, para o entendimento, eu vou fazer uma pequena observação, é que, na Lei Orçamentária de 2015, nós fizemos 72 horas de audiência pública, e foram atendidas 100% das demandas da população que participou. Por exemplo, a solicitação da Sra. Maria sobre a questão do idoso da zona Leste que a senhora pediu foi apresentada no Orçamento; a reivindicação do Sr. Fábio sobre o córrego, etc. Esta Comissão fez um esforço grande de atender a demanda dos Srs. Vereadores, da população que participou das audiências.

Estão previstos dentro da LDO os artigos com relação à participação popular para a execução do Orçamento, e temos verificado que o Executivo tem afrontado bastante o que o Parlamento realizou da peça orçamentária, como, por exemplo, o congelamento das Subprefeituras.

De certa forma, uma afronta bastante grave, como, por exemplo, da Subprefeitura de Santo Amaro, que teve R\$ 9 milhões congelados. É um desrespeito considerável.

Então questionamos: Para que tanta conversa com o Executivo, nas audiências públicas, para, depois, os senhores modificarem todo o nosso trabalho?

Agora com a mudança de que a questão orçamentária foi para pasta de Finanças, seria bom tentarmos alinhar a questão do trabalho da Câmara Municipal na peça orçamentária, porque senão o nobre Vereador Jair Tatto tem todo um trabalho, faz o relatório, e o pessoal da pasta muda tudo. É um desrespeito total com o Parlamento, logo, com a sociedade civil, que participa das reuniões de audiências públicas.

Dentro dessa linha, o senhor pode explicar o motivo pelo qual foram suprimidos os artigos 36 e 38?

NÃO IDENTIFICADO – Esses artigos 36 e 38 falam especificamente do quê?

O SR. PAULO FIORILO – O artigo 36 fala sobre as emendas ao Projeto de Lei Orçamentária anual. “As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária obedecerão ao disposto do artigo 166, do parágrafo 3º da Constituição Federal, do artigo 138, parágrafo II, da Lei Orgânica do Município”, etc. O artigo 36 foi excluído integralmente nesse novo projeto que o senhor está relatando, o PL 156/15, a LDO de 2016.

O artigo 38, que também foi suprimido, era um artigo muito importante que até gostaria de sugerir ao senhor que voltasse a incluí-lo na LDO.

O que diz o artigo 38? “O Município de São Paulo, ao tratar da dívida contratual com a União, fará esforços no sentido de abater do saldo devedor essa dívida de eventuais créditos municipais junto à União”. Ou seja, dá uma diretriz para que o Município procurasse abater a dívida do Município com a União para se equalizar a conta.

Só me ater aos mais importantes. Como o Executivo vê a questão do Orçamento impositivo, que já acontece com a União, e essa Comissão elaborou o projeto, já está tramitando na Casa, que estabelece, do mesmo jeito que a União fez lá no Congresso, que a Câmara Municipal de São Paulo, no uso de suas atividades delegadas pelo voto popular, possa exercer o Orçamento impositivo. Qual seria a posição do Executivo em relação a essa

questão? Qual seria a sugestão para que nós incluíssemos na LDO o Orçamento impositivo, pois tenho bastante esperança que os 55 Vereadores desta Casa não abrirão mão desse direito constitucional de aprovar o Orçamento impositivo aqui na Câmara Municipal. Era isso que eu tinha para falar.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Vereador Adilson Amadeu.

O SR. ADILSON AMADEU – Sr. Presidente, Srs. Vereadores e abnegados funcionários municipais da Saúde, eu não recebi a carta aberta, mas li a carta que foi entregue. Em janeiro alguns dos senhores participaram de uma reunião que fui com o Secretário Valter Correa, que se comprometeu a participar de mais reuniões para falar da Saúde e de outras áreas. Estou à disposição dos senhores em meu gabinete.

A gente comenta aqui, entre os Srs. Vereadores, de Secretários que não aparecem porque têm muitos compromissos, muito mais do que nós Vereadores, não tenho dúvida, e também do Tribunal de Contas, que está representado pelo Sr. José Janeiro Perez Filho, mas logicamente, que nós Vereadores precisaríamos, como os Conselheiros não têm condições de vir aqui, quero propor a ir lá despachar com eles. Acho que fica prático. Já falei com o Presidente Roberto Braguim e com outros conselheiros amigos que saíram da casa, eram Vereadores, e sabem como é a preocupação nossa. Então, é só uma proposta.

O Secretário-Adjunto, Sr. Rogério, é muito capaz, às vezes o Adjunto tem mais condições do que o próprio Secretário para esclarecer. Minha primeira pergunta, não sei se cabe à sua Pasta, mas estamos com dinheiro aplicado no Banco Itaú?

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Não.

P – Nós não temos dinheiro aplicado no Banco Itaú?

R – O Município tem um contrato de exclusividade com o Banco do Brasil, então, toda a disponibilidade de caixa da Prefeitura é administrada por essa Instituição, há alguns recursos que, por conta de convênios ou repasses do Governo Federal, são obrigatórios que

fiquem sendo administrados pela Caixa Econômica Federal e há um resquício de convênios antigos, por exemplo, contratos com o BID, coisas de pelo menos mais de cinco anos atrás que podem ficar em algumas outras instituições, mas com certeza, de cabeça não me recordo se há ainda algum saldo residual no Itaú, eu diria que não, mas de outra forma posso garantir que pelo menos 98% da disponibilidade do Município está no Banco do Brasil e na CEF. Pode ter um ou outro convênio, com saldo residual, que ainda tenha de permanecer em alguma outra instituição, mas não há nenhum valor substancial nessas outras instituições.

P – Vou preparar requerimentos e vou pedir que os senhores me respondam porque acho que fica melhor. Vejo aqui que temos um programa que dá 123 itens. Quais as prioridades desses 123 itens? Porque falam em prioridades e são 123 itens? Quero que o senhor me fale das prioridades porque têm três prioridades que somam um bilhão e 250 mil, que são as prioridades: 35, 36 e 84. Para o Sr. José Janeiro Perez Filho, estou encaminhando para o Tribunal de Contas todo esse material para que, já que o Tribunal nos assessorar e muito bem, vou testar dessa maneira agora, vou passar para os senhores para que me respondem os 123 itens e temos sete meses e dentro desses sete meses eu vou aguardar, porque vocês vão dividir em pastas, várias pastas, vários conselheiros, cada conselheiro tem uma pasta. Então, vou encaminhar para o Tribunal de Contas me assessorar porque não vou procurar os universitários para me ajudar. Como eu tenho a assessoria dos senhores eu acho que é meio inédito isso numa LDO pedir para o Tribunal de Contas me ajudar e me dar resposta dos 123 itens. É só isso, Presidente.

O SR. RICARDO NUNES – Dr. Ceron, com relação ao penúltimo item colocado do número 123, a minha pergunta é não está aqui a questão da Faria Lima e já votamos em primeira, vamos votar em segunda, na semana que vem, o projeto está pronto e não há previsão na LDO a questão da Faria Lima. A minha questão é a seguinte: o senhor sabe dizer porque está Operação Urbana Mooca/Vila Carioca, porque são cinco operações urbanas e nós sempre comentamos da necessidade de que fosse feita a primeira operação urbana com o

local da Cidade de São Paulo que tivesse o maior índice de vulnerabilidade, que seria a Operação Urbana Jurubatuba e aparece aqui a LDO Mooca/Vila Carioca, então, se existe uma inversão de valores com relação a ter a região da Cidade de maior vulnerabilidade ou foi erro com relação ao texto que foi enviado para esta Casa? Era só isso. Muito Obrigado.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Retomando as perguntas do Vereador Ricardo Nunes sobre a relação entre resultado primário e a nova regulamentação da dívida. A nova regulamentação da dívida, como eu disse, vai reduzir os desembolsos de encargos e amortização da dívida. O resultado primário é o saldo de recursos da execução orçamentária que é direcionado para despesas financeiras, então, a receita primária não inclui as receitas financeiras e essas despesas e receitas financeiras acrescem esse saldo do resultado primário e as despesas financeiras são custeadas com o resultado primários mais as receitas financeiras.

Não dá para fazer a relação direta, é verdade, que todo o restante constante, a variação negativa dos desembolsos da dívida poderiam exigir um nível menor de resultado primário em igual montante, acontece, que o resultado primário também é afetado pelo saldo dos exercícios anteriores, então, o *superavit* que ocorre em determinados exercícios são fontes para a abertura de crédito adicional no exercício seguinte. Só que a disponibilidade financeira foi gerada no exercício anterior e o gasto no exercício posterior. Esse gasto no exercício subsequente, embora esteja lastreado financeiramente, por um recurso que já ingressou, ele entra na despesa primária, então, ele reduz, acaba dificultando um pouco o cumprimento do resultado primário.

Para a LDO, para o exercício corrente já encaminhamos nesta LDO uma proposta de revisão da meta para o exercício por conta da maior possibilidade de utilização dos *superavits* financeiro existente nas fontes vinculadas e para 2016 ele é o resultado dessa contraposição entre as receitas primárias projetadas e pode ser maior ou menor dependendo do próprio fechamento do exercício de 2015. Por enquanto é a estimativa que fizemos, tem um

nível de incerteza, mas é um pouco da explicação da relação entre o primário e a renegociação da dívida.

A questão dos congelamentos na execução orçamentária, procuramos respeitar ao máximo as deliberações da Casa, as alocações orçamentárias previstas por esta Casa acontece que para o exercício de 2015 a proposta orçamentária quando foi encaminhada o mercado como um todo, as projeções de mercado previam crescimento econômico para o exercício de 2015. Em julho e agosto do ano passado os levantamentos feitos pelo Banco Central junto às maiores instituições do país a projeção de crescimento em meados do ano passado para início de 2015 era da ordem de 1,5%, enquanto, que atualmente, a projeção do mercado para o PIB de 2015 é de uma queda de 1%.

Portanto, houve uma mudança muito drástica do cenário que foi projetado na LOA e o que foi executado de fato. Então, exigiu um certo nível de contingenciamento porque o nível de receita previsto para o exercício de 2015 passa a ficar num cenário de risco. Especialmente, para as subprefeituras houve um esforço muito grande no sentido de preservar as subprefeituras dos congelamentos, a zeladoria, os custeios das subprefeituras, tiveram um crescimento real em relação ao ano anterior e foi feito um esforço muito grande no sentido de garantir isso, mas é claro que crescimentos acima de 10% a 12% em alguns casos tiveram de ser represados no momento até que se tenha um pouco mais de clareza quando ao cenário de receitas para o exercício. Esse é o cenário que motivou alguns congelamentos e de fato isso é inevitável até para a gente conseguir cumprir as metas para o exercício e garantir a saúde fiscal e financeira do município.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – No dia cinco de maio o Executivo publicou um decreto apontando um *superavit* financeiro, na ocasião, na ordem de 30 milhões, não foi o primeiro. Então, entendemos as dificuldades de produção de receita do ano passado, mas não há o que se falar que a gente não teve recursos financeiros para fazer frente aos compromissos orçamentários assumidos com esta Casa, até porque se aprova uma lei para

levar, no limite, a aderência dela à sua execução.

Se começamos a enxergar uma presença efetiva de superávits financeiros e um descolamento da execução orçamentária, que a Casa dialoga com a sociedade, perderemos a essência do processo de planejamento da Cidade.

Digo isso porque estamos num momento de transição. Até o ano passado, havia a Secretaria de Planejamento, que elaborava o orçamento e recebia informações da Secretaria de Finanças. Agora não há mais duas Secretarias nesse processo. A mesma Secretaria que trabalha a produção de receitas, portanto, o fisco, é a que planeja.

Reconheço a dificuldade que a Secretaria de Finanças deve ter tido na elaboração da peça orçamentária já encaminhada, não do ponto de vista do que pretende produzir de receitas, mas como definir as despesas. A prova disso é que há inconsistências graves nas metas apontadas, inclusive numéricas.

Nenhuma das metas que não serão cumpridas, até o final do próximo ano, foi realinhada. Mas um número passível de capacidade de realização projetado pela LDO, ao fazer os cálculos, já mostra que pelo menos 50% das 123 metas não terá êxito.

Portanto, já é sabido por parte do Município que as metas estabelecidas no Plano de Metas não serão cumpridas. Entretanto, em vez de ser transparente com a sociedade anunciando na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016 a incapacidade de produção de receitas para fazer frente a essas despesas projetadas, a Administração prefere esconder que a meta não será atingida gerando uma falsa expectativa e uma falta de planejamento.

Estou dizendo isso me baseando no simples Programa de Metas 2015/2016, que pode ser baixado como aplicativo no celular.

Uma simples conferência aritmética nos obrigará a mudar a meta original, de 13 para 16, porque se somar o que foi realizado e o que está na execução este ano, não atinge a meta de 13 a 16.

Hoje estão presentes os alunos da USP Leste acompanhando o nosso trabalho.

Então, não dá para fazer com que uma peça de planejamento tenha aderência às leis e que seja cumprida fielmente pela Administração. Não é demérito de ninguém abordar os números de maneira verdadeira, esclarecendo: “Olha, nós tínhamos a intenção de entregar 20 CEUs, mas vamos conseguir apenas entregar cinco”. Pior é dizer isso em 31 de dezembro do ano que vem, sendo que já sabemos hoje que não será possível cumprir a meta de 20 CEUs.

A mesma coisa para os CRAS: “Implantar 60 Centros de Referência de Assistência Social”. Apenas um foi entregue, 13 estão em processo licitatório, e estão anunciados mais 20 CRAS para o próximo ano. Então, de 34 para 60, portanto, temos de corrigir a meta, que não serão 60. Se houve dificuldades no processo, temos de contá-las à sociedade. O que não podemos é manter uma Peça que não mantenha aderência nenhuma e num documento oficial encaminhado pelo Sr. Prefeito à Casa.

Estou insistindo para que façamos a lição de casa agora na Secretaria de Finanças. Entendo a transição da Secretaria de Planejamento para a Secretaria de Finanças. Entendo o esforço que o senhor faz neste momento para apontar receitas, para apontar o conjunto de intervenções.

A fala do Vereador Ricardo foi muito contundente nessa questão do cumprimento, não só do que a Câmara aprovou - não estou nem falando do que a Câmara aprovou ou das emendas legislativas, aquilo que dialogamos com a sociedade –, mas daquilo a que o Governo se comprometeu. Estou pegando o que foi realizado nos dois primeiros anos, somando o que está para esse ano e colocando o que está para o ano que vem. Se somarmos tudo isso, já não dá mais a Meta.

Agora, precisamos corrigir a Meta de uma maneira objetiva. Vamos somar as Metas. A Meta dos dois primeiros anos, mais a Meta do ano em exercício, mais a Meta do ano que vem dará o que poderemos fazer nesses quatro anos.

Peço muito empenho do nosso Relator e que todos os Vereadores se envolvam nisso e o Executivo também nos traga a luz desse processo. É fundamental que o esforço da

Secretária Leda em produzir mecanismos de planejamento nessa transição para a Secretaria de Finanças não seja perdido.

Sei do esforço que a Secretaria de Finanças faz na questão do fisco. Sei que há alguns anos a Assessoria Geral do Orçamento ficava na Secretaria de Finanças, mas foi desmobilizada e, portanto, ou damos robustez a esse processo de planejamento ou jogamos fora todo esse processo feito até agora. E esse processo teve a participação da sociedade, portanto, é dizer à sociedade que pouco valeu o esforço dela. É algo bastante perigoso.

Obrigado, Ceron.

O SR. ROGÉRIO CERON – Só para complementar e responder as intervenções do Vereador Police Neto, o superávit financeiro existente hoje é decorrente de recursos vinculados, seja em operações urbanas, em convênios. Então, de fato, ele não pode ser usado para cobrir alguma insuficiência de receita ou disformidade para a fonte de recursos do Tesouro Municipal.

Então, há de fato, uma dificuldade...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Ceron, deixa eu contra argumentar. O recurso colocado no FEMA foi para cumprir despesas de ciclovias, que oneravam outras receitas que não essa. Se passou a se onerar algo que não estava onerado antes, o recurso que deixou de estar onerado pode sim atender àquilo que o Parlamento lá imaginou. Estou dizendo o seguinte: nenhuma das ciclovias iniciou-se sem reserva, correto? Não acredito que o administrador público tenha iniciado o processo de realização das ciclovias sem reserva. Mais do que isso, iniciou esse processo anunciando que utilizaria recursos do FEMA, porque o Conselho do FEMA aprovou recursos para ciclovias e aprovou corretamente.

Se é verdade que há menos de duas semanas o Conselho, ao recepcionar os trinta milhões, conforme o decreto do Sr. Prefeito passou a dar cobertura financeira e orçamentária a essa despesa, estamos aqui acreditando que aquele recurso que iniciou o procedimento também não foi gasto.

Estou dizendo isso, porque ao entender um pouco o processo de reserva e empenhamento, estou acreditando que essa fonte de receita já era sabida pelo agente e, portanto, estamos diante de um processo que não dá para escondermos. E fiz o esforço de tratar exclusivamente do FEMA pelos procedimentos necessários do mesmo para o reconhecimento desse recurso e destinação para o seu gasto. Da mesma forma com que os recursos que passaram pelo FEMA foram pagar o Jockey Clube naquilo que foi a venda da sua chácara.

E, portanto, se aprovou no FEMA recursos orçamentários para serem depositados na conta de um contribuinte do município que devia até aquele momento coisa da ordem de 700 milhões de reais. Portanto, estamos entendendo regras que passam pelo Fema, utilizam recursos orçamentário e financeiros e têm toda a cobertura legal.

R – O raciocínio, em parte, está perfeito. De fato, direcionar para o Fema as ciclovias, por decorrência, há uma abertura de espaço correspondente na fonte à qual ele estava atrelado anteriormente. No caso em questão, é da ordem de 30 milhões. Acho que vale prolongar um pouco essa resposta. A própria Secretaria de Finanças tem feito um esforço muito grande nesse exercício, que é um ano difícil do ponto de vista fiscal, de alocar nos fundos e nas fontes vinculadas aquelas despesas que eventualmente estão onerando a fonte de recursos do Tesouro, e que se encaixam perfeitamente no objeto de aplicação de um fundo correspondente, que é o caso específico das ciclovias, que inclusive estavam previstas no Fema. No final, passa por uma transição. Tem um saldo financeiro relativamente elevado, mas passa por uma transição no processo de geração de receita. Ele vem tendo uma redução de receita ano a ano. Então, da previsão orçamentária, o saldo financeiro ajuda a complementar, e possibilitou alocar as ciclovias lá. Acontece que essa magnitude de 60 milhões ajuda a diminuir o nível de congelamento da fonte de recursos do tesouro nas diversas intervenções. Ele, por si só, não permite voltar a cumprir integralmente o que foi aprovado pela Casa, mas, em alguma medida, claro, marginalmente, ajuda, e de fato tem ajudado.

Em relação ao programa de metas, é um pouco difícil fazer essas relação linear. Atualmente, os relatórios, tanto feitos por entidades fora da Prefeitura quanto feitos pela Prefeitura evidenciam um cumprimento do programa de metas da ordem de 50%. Se vocês olhar as metas 100% concluídas, você não consegue chegar a esse patamar. Mas qualquer meta passa pelo processo de licitação, de intervenções, desapropriação, enfim, são várias etapas até chegar à conclusão final da intervenção. Então o que temos hoje de relato, e o que está previsto para ser feito e entregue em 2015 ainda geraria uma diferença que está sendo alocada para o exercício de 2016. Como eu disse, o detalhe de cada meta realmente foge um pouco ao *know how*, ao conhecimento da própria Secretaria de Finanças, mas as secretarias fins podem esclarecer. Mas do ponto de vista de lógica do processo, foi esse o trabalho que foi feito. Tudo aquilo que está concluído, as etapas que concluídas, aquilo que vai ser concluído no exercício de 2015, e, por decorrência, o que faltaria para ser concluído em 2016. É claro que se houver, por parte das secretarias finas, alguma indicação de não cumprimento de algumas metas, não há dificuldade em reconhecer o não cumprimento. Mas, de fato, a peça pressupõe, até pelo andamento atual do plano de metas, um nível de conclusão, que foi o previsto originalmente.

Retornando agora às questões do Vereador Ricardo Nunes.

A questão das operações urbanas foram contempladas nas metas por serem as novas operações. Não houve, por parte do Executivo, a intenção de criar um ranqueamento, ou uma priorização, diferentemente de outras discussões que estão ocorrendo. Eu, de fato, de desconheço a fundo a discussão. E a Operação Faria Lima, como já existia, não foi contemplada como uma meta em si. Claro que poderia ter sido previsto a revisão da Faria Lima, mas pelo fato de ela já existir, ela não foi contemplada, foram contempladas somente as novas operações. Só para dar um retorno em relação ao orçamento impositivo, eu acho que é uma questão muito mais... não é uma questão técnica sobre a qual eu possa me manifestar, não tenho uma posição de governo em relação ao assunto. Por isso, prefiro deixar claro que

não eu não poderia dar minha opinião neste momento.

Em relação aos questionamentos Adilson Amadeu sobre os saldos da Prefeitura depositados nas instituições financeiras, eu até solicitei, ainda não consegui receber, e me comprometo a encaminhar à Casa a relação detalhada. Mas, para fins de referência, reafirmo que mais de 95% dos recursos estão no Banco do Brasil e somente aqueles que por impedimento legal estão alocados na Caixa Econômica Federal – ou também por obrigações contratuais legais – são resíduos de convênios que podem ainda restar no Itaú e no Bradesco; mas, com certeza, são valores ínfimos. Mas fica o compromisso de encaminhar à Casa e ao Vereador esses números.

Em relação à questão das prioridades no Programa de Metas, a cidade de São Paulo, como todos sabem, é um país, tem o aporte de um país. O conjunto dessas metas são as prioridades elencadas pela Administração. Então, não há entre elas a meu ver um ranqueamento, pelo menos essa é a posição do Executivo. Todas são prioritárias e estão sendo buscadas com afinco. Do ponto de vista da Secretaria de Finanças, nosso esforço é permanente para gerar recursos para viabilizar, para criar as condições para que elas possam ser executadas pelas áreas fins.

São essas as respostas às perguntas.

O SR. RICARDO NUNES - Presidente, o Dr. Ceron só esqueceu de comentar a exclusão do artigo 36 e 38.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Correto, desculpe a falha, Vereador. Os artigos foram suprimidos por uma questão mais de o entendimento deles serem de difícil execução. O artigo 38, que é a possibilidade de se fazer compensações com a União, atualmente não vislumbramos um cenário factível de isso ocorrer em curto prazo. Por isso, ele não foi considerado. Da parte do Executivo, não há nenhum problema. Foi só uma tentativa de deixar a peça um pouco mais enxuta, mas não há nenhum problema caso a Casa entenda que deva ser reintroduzido. Não há óbice quanto à matéria, foi só mesmo uma questão de

conveniência por enxergar um cenário de difícil execução em relação ao assunto.

O artigo 36 idem, foi mais uma conveniência de exclusão por conta das dificuldades de operacionalização; mas, do ponto de vista do Executivo, também não há problemas se a Casa entender pela reintrodução. Isso está aberto para a discussão. Não há meu tipo de óbice do Executivo para a reintrodução desses dispositivos.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vereador Fiorilo. Só informando que temos três inscritos – Maria do Socorro, Fábio Siqueira e Carlo Henriques Cardoso de Aquino.

O SR. PAULO FIORILO – Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Secretário, quero aproveitar sua presença até para poder dirimir algumas dúvidas e quem sabe contribuir com o nosso relator Vereador Jair Tatto. Eu gostaria de começar com a questão do controle do Programa de Metas, abordado pelo Vereador José Police Neto. O controle de metas estava submetido à Secretaria de Planejamento. Com as mudanças ocorridas, minha pergunta é: quem fará o acompanhamento do Programa de Metas? Quero saber se vocês têm a informação sobre se ficará na Secretaria de Finanças ou em outra Secretaria.

Outra questão. O projeto de lei da LDO chegou à Casa em 15 de abril. A Secretaria está estudando alterações que deverão ser realizadas pela Câmara na segunda votação, ou se possível ainda em primeira? O senhor já colocou a questão da reintrodução dos artigos suprimidos, 36 e 38. Na realidade, a questão me parece mais o 36, que foi já apresentada pelo Secretário. Minha pergunta é: por exemplo, na questão da dívida, a adesão judicial ocorreu posteriormente? Mesmo a avaliação de crescimento econômico, a perspectiva que vocês trabalharam é uma, e o que a (ininteligível) apresenta agora é outra. Então, pergunto se há, por parte da Secretaria, já algum entendimento nesse sentido.

Tenho mais duas questões, Sr. Presidente, que preocupam muito esta Casa. Aliás, se eu não estiver enganado, marcamos uma discussão específica sobre a questão do Iprem. Consta nos anexos da LDO a existência de 16.629 servidores em condições de requerer aposentadoria em 2014, o que aumentaria os custos dos benefícios em 891 milhões. As

despesas da Cidade com o Iprem são crescentes. Em curto prazo, quais são as providências do Executivo para enfrentar tal situação? Nós já tivemos oportunidade de dialogar sobre isso, não sei se com o senhor, mas com o Secretário Marcos Cruz com certeza. A pergunta é: há, por parte da Secretaria de Finanças, alguma discussão em curto prazo?

Por fim, Secretário, as receitas de contribuição – nesse caso, a Cosip – não mudarão de patamar com a mudança causada pela PPP da iluminação pública?

Sr. Presidente Vereador José Police Neto, termino aqui, até para aproveitar as perguntas dos inscritos.

O SR. RICARDO NUNES – Presidente, V.Exa. me permite só entregar essa folha que foi elaborada pela nossa consultoria ao Secretário? Porque os números que estão aqui não estão batendo. Tem algo errado aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Sem dúvida. (Pausa) Tem a palavra a Sra. Maria do Socorro.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Bom dia à Mesa e a todos. Sou da região de Itaquera. Não sei se falo como conselheira participativa, se falo como ONG, se falo como população vulnerável. Porque o que estou ouvindo aqui são desculpas. Não adiantou participar de todas as audiências, sem faltar uma vez sequer. Desculpe, o Secretário está fazendo o seu papel. Não houve nem explicação sobre o Plano de Metas. Eu comecei desde o dia em que o Haddad foi ao CEU Vila Nova e não falou do idoso. Eu levantei a bandeira, e foram criadas as 23 metas e foram criados – assim falaram – 8 equipamentos para o idoso, que não saíram do papel. Agora, pior ainda, não foi feito nada, e tudo indica que nada será feito.

Vereador Police, eu te admiro, mas não só os estudantes e os parlamentares; nós da sociedade... Fiz curso na Sempla. A gente sabe muito bem o que está acontecendo. Um faz de conta que fez, o outro faz de conta que recebeu ou você faz de conta que está tudo bom. Só que eu acompanho. Sou humilde, mas acompanho o que está acontecendo em Brasília. Ninguém tem dinheiro, mas foram criadas cinco Secretarias em São Paulo, e a Secretaria do

Idoso não tem o respeito de vocês, que se dizem representantes. Mas representantes de quem? Só de forem de vocês mesmos, porque a saúde na periferia, na Águia de Haia, está uma epidemia. Vim várias vezes à Câmara, e ninguém quis me escutar, porque aqui só tem 18 Vereadores que trabalham em prol da população. Dezoito! E eu falo. Os novos eu ainda vou avaliar. (Palmas)

O povo, gente, é humilde, mas não é burro. Como sempre falo, o idoso é passado e presente e não sou besta, boba nem babona e não quero ser tutelada. Eu quero respeito e dignidade, e vocês, por favor, olhem o que podem fazer, porque só quem é idoso é o pobre, porque o Senado está cheio de parlamentares ricos e babões que nada fazem. (Palmas)

Falo porque acompanho. Façam o favor, porque vocês têm por obrigação, e o idoso vota. Eu sou do conjunto habitacional Águia de Haia, que o Sr. Police Neto conhece, onde foi inaugurado um Telecentro, que foi fechado pelo Simão Pedro. São 37 Telecentros fechados. Nada temos além de epidemia de dengue e cracolândia. Só se vê isso na Cidade. Lá não tem cracolândia, mas tem miséria. Cadê a urbanização? Lá não tem Vereador, porque lá não precisa, não é? Porque vocês só vão lá buscar votos. Mas se cuidem, gente, porque há gente competente.

Trabalho como voluntária, sou auxiliar de enfermagem aposentada. Trabalhei na FEBEM por 19 anos e também em PS. Sou aposentada com orgulho. Graças a Deus, eu trabalho é voluntário.

Desculpem, estou muito nervosa e decepcionada. Espero que vocês, ao chegarem em casa, olhem para sua mãe, sua avó e seus filhos e lembrem-se também de que na periferia tem criança e idoso. A saúde está uma miséria, e dinheiro vocês têm. O banco não precisa de dinheiro, quem precisa de dinheiro é o trabalho social, é a população miserável.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – A gente que agradece à Maria do Socorro.

Passo a palavra ao Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Bom dia a todos, à querida e estimada população paulistana. Bom dia aos Srs. Vereadores Ota, Police, Jair, Aurélio, Ricardo. Bom dia, Sr. José, representante do Tribunal de Contas e Sr. Secretário Adjunto Ceron. Bom dia, população, conselheiros, funcionários aqui presentes.

A fala da sempre presente conselheira Dona Socorro é sempre importante, porque há 15 anos – este é o décimo quinto – o Conselho do Orçamento vem aqui discutir a LDO e não é a primeira vez que o Secretário Titular salta a Pasta. No ano passado, a ex-Secretária Leda Paulani faltou à audiência, em novembro. Ou seja, é um grande desrespeito dos Secretários titulares do Prefeito Haddad. Isso sobre a gestão pública é bom para os estudantes aqui verificarem em vista de que essas pessoas, ditas USP, desrespeitam vocês, estudantes, e toda a população e São Paulo, porque não vêm discutir nas únicas duas vezes ao ano. Não são 30 vezes, são duas, e mesmo assim não vem discutir as diretrizes orçamentárias da cidade de São Paulo.

E eu explico por quê. A Dona Socorro citou a questão do Telecentro, e saiu na página 1 do *Diário Oficial* de hoje, Decreto 56.105, que estão tirando dinheiro do Telecentro, assinado pelo Sr. Haddad e pelo Sr. Marcos Cruz, gerido pelo Sr. Simão Pedro. Então, essas três pessoas prejudicam a cidade de São Paulo e a juventude, especialmente a da região periférica, que ficam sem o Telecentro e que perdeu esse dinheiro. É claro que eles não vêm aqui explicar por que estão desaparecendo com os Telecentros e com a verba do Telecentro, criada na gestão Marta Suplicy em 2001. Ou seja, sumiram com a Secretaria, sumiram com a diretriz, com o projeto e com o equipamento.

Este é o presente que estão dando à juventude da periferia: tiram os Telecentros da cidade de São Paulo. É uma coisa absurda, uma total falta de respeito.

Voltando à LDO, não adianta discutir a de 2016 sem comparar com o que foi aprovado no ano passado para 2015 e com a execução 2013/2014. Nisso, a gente observa que

esse projeto da LDO, como já foi falado por alguns da Mesa, não prevê a conclusão de obras fundamentais para a cidade de São Paulo. Se o Prefeito previu no Plano de Metas 2013, ele tem que entregar em 2016; e esse documento aqui discutido não está prevendo essa entrega. Isso significa uma pá de cal na propaganda política do Prefeito Haddad de 2012 chamada Arco do Futuro. O Arco do Futuro acaba de ser executado pela LDO, Projeto de Lei 156/2015. Conseguiram desaparecer com os 3 bilhões para fazer os terminais e os corredores de ônibus previstos - e só na zona Leste são três corredores, dentre eles o Radial Leste, um até Guaianases e Itaim Paulista e o Celso Garcia, fora os tantos prometidos - para o decênio 2015/2016. Na própria LDO também se vê que não há comprometimento com a conclusão de nenhum terminal e de nenhum corredor na zona Leste e em parte alguma da Cidade. Isso é algo muito grave. Como desapareceram com 3 bilhões numa única gestão? É uma coisa tão grave, tão absurda que é de deixar a gente indignado e perplexo.

Para concluir a minha fala, ressalto a importância do Orçamento Participativo deliberativo, haja vista que os conselheiros participativos não estão falando aqui, porque eles não são deliberativos, eles são consultivos. Foi uma armadilha muito absurda desta gestão cancelar mais um direito adquirido na gestão Marta Suplicy pelo Conselho do Orçamento Participativo deliberativo, ou seja, que coloca suas demandas no *Diário Oficial*. A Sra. Leda Paulani e companhia limitada desapareceram no ano passado e parece que a Secretaria de Finanças continua com essa amarga diretriz. Além disso, continua com o grave erro de misturar PPA e LDO com Plano de Metas. São três coisas diferentes. Não se pode criar um constrangimento dessa maneira, misturando as metas do Governo com a LDO, porque o PSS não está no Plano de Metas e foi excluído agora da LDO. Quer dizer, o Programa Saúde da Família deixou de ser importante só porque a Sra. Leda Paulani não quer? O povo quer, sim, a ampliação do Programa Saúde da Família, que desapareceu da LDO. Assim como desapareceu o Conselho Municipal da Habitação.

Sobre a questão da dengue, tem que haver uma diretriz. O Prefeito Haddad não se

dignou colocar a diretriz da dengue para 2016 na LDO, ou seja, é um desrespeito atrás do outro e também, ao invés disso, sabe o que ele coloca? Coisas federais importantes como a Universidade da zona Leste e a Casa da Mulher Brasileira, mas são verbas federais. Ou seja, ele substitui as obrigações do Município por demandas federais, que também quiçá serão cumpridas porque a verba federal está desaparecendo todos os meses.

Realmente, ficamos indignados com desrespeito ao idoso, à juventude, à mulher, aos segmentos e com essa equivocada questão participativa desse governo que oprime a participação popular e democrática na cidade de São Paulo.

Gostaria de clamar a Comissão para fazer mais audiências públicas temáticas na área da educação, saúde, habitação, juventude, coisas que já foram feitas em 2008. Não é possível tratar a LDO, com uma verba de 50 bilhões, em somente duas reuniões.

Era isso que eu queria falar e deixar a indignação do Conselho do Orçamento Participativo, do movimento de resistência, desse engodo feito pela gestão Haddad feito nesse projeto de lei 156/15.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço a participação do Fábio Siqueira.

Tem a palavra o Sr. Carlos Henrique Cardoso de Aquino, da Associação Arte e Artesão.

O SR. CARLOS HENRIQUE CARDOSO DE AQUINO – Bom dia a todos. Participamos em praticamente 90% das reuniões do ano passado. Ficamos indignados porque no dia que foi votar o orçamento – vou deixar isso bem claro, Vereador Ricardo Nunes, o senhor que foi o relator – votaram em dois minutos.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CARLOS HENRIQUE CARDOSO DE AQUINO – Duas horas foram de conversa. Não estou inventando, está gravado. Foi muito rápido e ninguém sabe como ficou a

história.

Participamos em 90% das audiências públicas e quando chegou a Secretaria de Finanças, observei que mudou muita coisa. Dos planos de meta que lutamos do ano passado para este ano mudou muita coisa, inclusive, o Milton Leite não está presente, mas o nobre Vereador Nomura está e lembra muito bem que a Secretaria de Transporte disse para nós em audiência pública que não haveria aumento de passagem de ônibus para a população. No ano seguinte, aumentou.

Denunciamos a cobrança do Bilhete Único, sendo que foi feita uma proposta que o Sr. Secretário acatou. Nós dissemos que não é justo a pessoa comprar o Bilhete Único. Por que não se cria uma meta? Tem comprar o Bilhete, mas a partir de 20 reais, não paga. Ele concordou, mas está cobrando do mesmo jeito. Isso não é justo porque o transporte é caro.

— Será que a meta do Prefeito – não tenho nada contra com quem gosta de andar de bicicleta – é só pintar o chão para podermos andar de bicicleta? A meta da moradia virou uma coisa esquisita. Por exemplo, 55 mil casas foram prometidas aos movimentos sociais, mas nem chegaram a ser entregues quatro mil até agora. O que aconteceu? O pessoal ocupou o Centro da Cidade. Se você andar no Centro hoje, os prédios estão todos ocupados.

A gente é invasor? Não. A gente está reivindicando o que é de direito. Nós temos direito à moradia. Nós não podemos viver em uma situação dessas. (Palmas)

O que acontece? Orçamento 002 na cidade de São Paulo é ilusão. Sabe porque digo isso? Por que as entidades que têm projeto do Governo Federal estão até hoje sem receber. Este ano não estão recebendo.

No dia 8 tivemos uma reunião no FAS e conversamos com o pessoal. Foi apresentada a questão do marco regulatório na segunda-feira, na Uninove. Pergunto se a questão do marco regulatório, que vai entrar em vigor dia 27 de julho, como vai ficar o orçamento? Vai ter um problema de financiamento porque o Decreto que o Prefeito vai lançar há uma previsão de orçamento. Queremos saber como a Secretaria de Finanças vai se

planejar em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço a participação do Carlos Henrique que trás informações importantes do cumprimento da função social da propriedade e questionamentos acerca das entidades sociais que hoje têm convênio com o Governo Federal e, portanto, têm atividade no Município que não tem a contrapartida do pagamento.

O SR. RICARDO NUNES – Posso só dar um esclarecimento?

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Claro.

O SR. RICARDO NUNES – Você falou da questão da alteração. O projeto de lei que votamos teve três vetos: Artigos 21, 22 e 23, que tratam do orçamento impositivo e outro que obriga a execução de emendas parlamentares de 2013 a 2014. Com relação ao restante, tudo foi sancionado. Então, o que a Casa elaborou junto com vocês da sociedade civil foi sancionado na íntegra, com exceção desses artigos relacionados ao orçamento impositivo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Só uma dúvida. Eu gostaria de dar razão a ele porque quando foi feita a discussão na Comissão de Finanças e Orçamento eu consegui falar cinco minutos e já votaram e liquidaram. Era só essa questão que eu queria falar.

O SR. RICARDO NUNES – 72 horas não foram suficientes para a gente conversar.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Pois é, mas dependia um debate. Nós tínhamos 72 horas e tínhamos condições de debater muito mais.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – O tempo é importante, mas a qualidade do debate talvez seja mais importante do que o tempo. Portanto, vamos tentar dar qualidade para que o tempo seja o segundo ingrediente deste processo.

Agradeço a presença, em especial pela promoção que faz trazendo os alunos aqui, do professor Marcelo, da USP Leste, que encerra a participação da sociedade neste momento.

A Taís Ruiz, funcionária admitida da Secretaria da Saúde, tinha feito uma inscrição, mas vai falar na reunião da Comissão. É isso? Perfeitamente. Então, na abertura da Comissão

a gente abre para a abordagem dos admitidos.

Tem a palavra o Sr. Marcelo.

O SR. MARCELO – Muito honrado. Vereador Police Neto, ao saudá-lo também quero saudar a cada um dos representantes do Executivo e desta Casa e também do órgão auxiliar, que é o Tribunal de Contas.

Além dos assessores também saúdo a população porque este é o espaço exatamente gerado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar 101, que gera obrigatoriedade de audiências públicas para que possamos, minimamente, ter este contato e sobremaneira possamos valorizar o momento da crítica e é o momento da manifestação livre das pessoas, a exemplo da Dona Socorro, que sempre nos honra com interlocução e também nos dá um bom exemplo de que não há idade para fazer política.

Exatamente por conta disso, eu quero saudar a turma de Gestão de Políticas públicas, que nos acompanham hoje, no sentido de que esta seja somente uma abertura e que eles voltem com constância a esta Casa, que é do povo, onde devemos estar com frequência e onde se travam os grandes debates que dizem respeito à nossa vida cotidiana.

Hoje a pauta é LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias. E o que se estabelece aqui é uma práxis educadora, ou seja, nós aprendemos com ela. Como diz o Professor Fábio Konder Comparato, e respondendo o colega que fala dos professores e profissionais da USP: “Quem sabe, faz; quem não sabe, ensina”. Então é exatamente essa prática de quem está fazendo, no cotidiano, que nos ensina e com ela aprendemos.

Chamo a atenção dos acadêmicos sobre a importância e a valorização deste momento, que diz respeito à vida de toda a cidadania da nossa cidade.

Pergunto sobre o impacto da recente decisão judicial da Justiça Federal que autorizou o Executivo a pagar a dívida pública na conta de 4% ao ano, e gostaria de saber também sobre o remanescente embutido nessa sentença, que determina que o remanescente seja depositado em juízo.

Então percebo que tiramos recursos do Executivo Federal e do Executivo Municipal para depositar no sistema judiciário, que corre em paralelo e que está se lixando para os orçamentos públicos do País.

Do ponto estratégico, de diretrizes, essa foi a melhor solução? Que impacto gera a fim de diretrizes orçamentárias?

Sempre me recordo de uma frase que dizia: “Professores, sejam legais conosco, porque, no futuro, nós pagaremos a sua pensão”. Quer dizer, estou preocupado exatamente com a colocação dos nossos acadêmicos, porque serão eles que pagarão a nossa pensão, assim como nós, hoje, contribuímos para a pensão da Dona Socorro.

E o IPREM é a peça chave, bem destacada pelos Srs. Vereadores. Hoje, no Estado de São Paulo, o IPESP, estamos falando de uma arrecadação de R\$ 13 bilhões/ ano, em média, e de um custeio de R\$ 23 bilhões/ ano. Isso significa que, no Estado de São Paulo, temos um déficit acumulado anual de R\$ 10 bilhões, ou seja, o que se arrecada da previdência no Estado não é suficiente para pagar a metade, na verdade 53%.

Obviamente que nos planos plurianuais e nas leis de diretrizes orçamentárias não há nada a esse respeito, o silêncio é sepulcral. Portanto, pergunto ao Secretário de Finanças sobre as contas do IPREM: Qual é o déficit anual em termos de receita e despesa, e de que forma a municipalidade, como bem atentado pelos nobres Vereadores, leva essa preocupação adiante?

Quero agradecer a oportunidade de estar representando a Universidade de São Paulo, espero que este espaço seja frequentado pelos acadêmicos de todas as instituições, a cada dia mais, porque aqui é a Casa do Povo.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado, Professor Marcelo. Vereador Paulo Fiorilo quer fazer alguma abordagem?

O SR. PAULO FIORILO – Só pela oportunidade, a questão da decisão sobre a

dívida. O nobre Vereador Nomura perguntou qual é a estratégia da Prefeitura com essa mudança da dívida? É a questão de novos endividamentos, ou há outra perspectiva do ponto de vista da Prefeitura a médio ou longo prazo? O que significa a mudança da dívida, e qual estratégia de investimento para a Cidade?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Antes de passar às respostas, é importante fazermos uma leitura muito objetiva às informações e questionamentos trazidos pela Sra. Socorro, em especial, a conquista que, pela insistência, batalha e persistência dela, acabou por figurar no Plano de Metas: a Meta 60 e a Meta 70. A primeira disciplina o desenvolvimento de pesquisa de conscientização sobre a violência contra o idoso; a outra pretende implantar cinco unidades de Instituições de Longa Permanência de Idosos – ILPI – na Cidade.

É importante abordar esse assunto, porque quando nos aprofundamos na leitura de um item como esse verificamos a inconsistência, e a importância dessa transição Planejamento – Finanças ser precisa a partir de agora. Por quê? Estamos instalando, por conta da decisão do Orçamento aprovado no ano passado para este ano, a primeira unidade, que contará com recursos, da ordem de R\$ 920.000,00, e será utilizado um terreno onde o empreendimento habitacional financiado pela Minha Casa, Minha Vida será realizado. Portanto, a implantação desse equipamento não será onerada devido a esse terreno.

Projeto, execução da obra, o equipamento necessário para essa unidade, depois o custeio: Se R\$ 920.000,00 é o necessário para implantar uma unidade, R\$ 1,240 milhões não serão possíveis para implantar os quatro projetos para o próximo ano. Por isso falo da inconsistência, que está no número e no valor atribuído a esse projeto. O que podemos interpretar é que, possivelmente, conseguiremos duas unidades, e não as cinco que estão na meta. Então, ou corrigimos os valores do Plano de Metas permitindo que os valores alcancem essa meta, ou reduzimos a meta, trazendo a um campo factível, possível, para o Orçamento.

Não estamos falando de maneira politizada do processo, mas estritamente aritmética, para que não haja conotações de querer, ou não, cumprir a meta. Trata-se de uma questão matemática.

SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Respondendo os questionamentos do nobre Vereador Paulo Fiorilo sobre o controle do Programa de Metas, as metas específicas são responsabilidades de cada área afim e o monitoramento dele e a supervisão, que era feito pela Secretaria de Planejamento, foi migrado para a Secretaria de Governo.

O papel da Secretaria de Finanças: Por um lado, somos os principais responsáveis por prover os recursos financeiros para o alcance dessas metas, e isso é um esforço permanente da Secretaria. Cerca de dois meses atrás, o próprio Secretário Marcos Cruz esteve nesta Casa numa audiência sobre o cumprimento das metas quadrimestrais e mostrou um cenário desafiador para a execução das receitas do exercício, e mostrou um conjunto de ações que a Secretaria de Finanças estava praticando para incrementar as receitas do Município e tentar atingir as previsões e as receitas aprovadas por esta Casa.

Para quem acompanha o dia a dia, apesar do cenário econômico bastante desafiador e negativo, os resultados do primeiro *Vade Mecum* são positivos em termos de receita. Há um esforço muito grande da Secretaria de Finanças em tentar mitigar os efeitos da crise sobre as receitas do Município, de forma que a população possa fruir das políticas públicas previstas.

Por outro lado, mais recentemente, migrou para a Secretaria de Finanças a parte de execução orçamentária, então também somos responsáveis por operar e propiciar da melhor maneira a execução orçamentária do Município.

Em relação às mudanças na LDO, no momento não vislumbramos nenhuma necessidade de alteração. Foi levantada a questão da reintrodução de artigos que foram suprimidos, mas não houve alteração por parte do Executivo. Fora isso, não há nada que materialize a necessidade de mudanças, por enquanto, em relação às previsões.

Sobre o IPREM, há um déficit, uma insuficiência anual no regime, que vem sendo debatida, e a própria Câmara Municipal de São Paulo vem provocando essas discussões. O Executivo tem debatido bastante esse assunto também.

Respondendo a pergunta do Professor Marcelo, no exercício de 2014, o déficit do regime, que teve de ser coberto com os recursos do Tesouro, foi da ordem de R\$ 2,7 bilhões. Há um esforço muito grande do Executivo de buscar alternativas que possam ser sustentáveis a médio e longo prazo. Então há uma preocupação por parte do Executivo, principalmente da Secretaria de Finanças. Essa matéria está sendo conduzida pela Secretaria de Gestão, porque o IPREM é ligado a ela, mas obviamente estamos acompanhando de perto esse assunto muito relevante para a saúde fiscal de médio e longo prazo.

Em relação à Cosip, voltando ao questionamento do nobre Vereador Paulo Fiorilo, a PPP de iluminação afeta a qualidade do serviço, então o arranjo feito nessa parceria permitirá que o nível de iluminância na Cidade e da qualidade do serviço, dos atendimentos e os investimentos de troca das lâmpadas sejam feitos num período mais curto e com qualidade melhor, com praticamente os mesmos valores que estão sendo desembolsados.

Os reajustes da tarifa de energia impactam a Cosip, mas com uma defasagem de um exercício, então no exercício seguinte as receitas da Cosip poderão ser ampliadas em função dos reajustes do exercício.

Do ponto de vista negativo, os reajustes de energia também afetam as despesas do Município com a iluminação pública, que também são afetadas pelas bandeiras tarifárias, e a própria iluminação dos equipamentos públicos. Isso gera uma pressão adicional em relação ao orçamento, porque iluminação pública é custeada com recursos da Cosip, então há uma defasagem, que se equaciona a partir de 2016.

Por parte dos equipamentos públicos que não são custeados com recursos da Cosip, há uma pressão por conta dos reajustes, assim como todos os cidadãos também estão sofrendo com isso.

Em relação aos questionamentos do público presente, o depoimento da Sra. Maria do Socorro do ponto, o desabafo está relacionado a questões específicas que estão relacionadas às Secretarias fins e não à Secretaria de Finanças, mas, de fato, deixo registrado o quanto admiro a iniciativa da senhora.

Em relação ao Sr. Fábio Siqueira, o Decreto citado, 56.105, é uma movimentação orçamentária pedida pela própria Secretaria no valor de R\$ 15.000,00, salvo engano. O orçamento de Telecentros, e execução, é um pouco acima de uma dezena de milhões de reais, então, é algo bem pontual, não conhecemos os detalhes. Talvez, seja uma necessidade pontual da Secretaria e provavelmente não impacta a execução dos Telecentros.

Em relação à presença, ou não, de algumas metas aqui e, por exemplo, houve um comentário sobre a intensificação das ações contra a dengue. O fato de tais assuntos não estarem inclusos é porque as ações no combate a esse tipo de epidemia já são previstas no Orçamento por serem programas existentes, não são novos, então eles estão certamente contemplados no momento da proposta orçamentária para o exercício de 2016.

Em relação ao questionamento do Sr. Carlos Henrique sobre a SPTrans, entendo o pleito, mas são questões muito específicas afeta à empresa e à Secretaria de Transportes.

O Sr. Carlos não estava presente a esse debate e não foi a Secretaria de Finanças que fez esse tipo de declaração, mas, para compartilhar essa informação, apesar de ter havido uma recomposição dos valores da tarifa, combinados com uma gratuidade adicional a todos os estudantes, o subsídio pago pela Prefeitura ao sistema de transporte coletivo continua em valores bastante significativos e há uma dificuldade muito grande de acomodar valores adicionais. Mas realmente prefiro não entrar no mérito de declarações dadas por outro servidor.

Em relação ao marco regulatório, temos acompanhado e temos bastante preocupação com a implementação dele. Fiquei um pouco na dúvida sobre a questão do impacto orçamentário, então, se quiser detalhar depois da audiência eu posso entender melhor a dúvida, fiquei curioso, porque, a princípio, a administração desses convênios muda vários

aspectos, mas não tínhamos notado grande parte. Estou à disposição para ouvi-lo quanto a isso. Em relação ao Professor Marcelo, respondi a questão do IPREM, que é uma preocupação. E sobre o impacto da decisão judicial sobre a vida, só para contextualizar, o Município do Rio de Janeiro foi o primeiro ente a ingressar em juízo, conseguiu uma liminar e celebrou um acordo judicial.

Esse caso é um pouco mais específico do que o caso do Município porque lá, com o recálculo, eles já tinham uma dívida de valor baixo, e com a nova lei eles quitam o saldo, restaria apenas uma diferença de saldo residual. Então o acordo judicial foi o seguinte: eles depositaram, em juízo, a diferença que entendem ser a correta; e quando houver a regulamentação eles farão um acerto de contas com o Tesouro. Se o valor a ser quitado foi maior, eles complementam; caso contrário, eles retiram.

No caso do Município, havia a possibilidade de seguir um caminho parecido, mas a liminar foi no sentido de que o Município pode aplicar imediatamente nova regulamentação, ou passar a depositar em juízo os valores da nova regulamentação, e não o valor completo da dívida.

Há duas nuances importantes. A primeira é uma liminar, embora o Município não tenha intenção de prejudicar o ajuste do Governo Federal, mas se trata de uma necessidade positiva de agir e encontrar uma solução para o assunto que estava pendente. Essa liminar permite depositar o valor da nova regulamentação, que significou algo em torno de R\$ 100 milhões a menos nesse desembolso de abril.

Essa diferença não foi depositada em juízo. Ela está provisionada, porque há uma tendência de que isso possa acontecer, de fato. Não estamos contando com essa economia que foi pontual em abril, nem que ela permanecerá, nem que ela se prolongará durante os próximos meses, mas o fato importante é que os depósitos judiciais são levantados na integralidade pelo Governo Federal. É claro que há outras considerações para esse levantamento, o Governo Federal tem de ter um controle, porque é um levantamento que,

talvez, tenha que devolver, mas as receitas acabam ingressando à conta única do Tesouro Nacional.

É óbvio que o Congresso está discutindo uma regulamentação e imposição de prazo, mas é muito importante ao Município, ainda que não possa fruir os benefícios no exercício de 2015, mas pelo menos possa ter visibilidade de quando poderá fruir, porque isso permite melhorar o planejamento fiscal, o planejamento dos investimentos.

Vale mencionar que essa questão de finalizar a dívida trará benefícios de curto prazo, vai reduzir a dívida, mas o principal ganho é a médio e longo prazo. No caso da cidade de São Paulo, a diferença entre o que pagaríamos até 2030 e o que pagaremos são centenas de bilhões de reais. São valores astronômicos, comparados ao nosso nível de investimentos.

O Sr. Prefeito vem alertando que os benefícios virão ao longo das próximas gestões, mas com a regulamentação da dívida, em 2016, 2017 e 2018, será possível atingir aqueles patamares de investimentos que consideramos que, do ponto de vista per capita, é o mínimo necessário para atender as demandas, da ordem de R\$ 7 bilhões/ ano. Esse valor seria o mínimo para tentar recuperar a infraestrutura social e econômica que a Cidade tanto precisa.

Volto a insistir, estamos gastando uma energia muito grande para conseguir resolver esse assunto o mais rápido, que consigamos um acordo judicial para encerrar, porque é ruim a todos conduzir a gestão fiscal com base em liminares, mas essa questão é importantíssima a médio e longo prazo. E tendo a visibilidade, seja por meio do acordo judicial ou por meio da aprovação da lei complementar que o Senado já aprovou e está na Câmara dos Deputados, o futuro da Cidade para os próximos anos, cinco, 10, ou 20 anos, tem um patamar muito diferente do que seria sem essa renegociação.

Sr. Presidente, estou à disposição para o que for necessário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço a participação de todos os

presentes. Está encerrada esta audiência pública, lembrando que há um calendário extenso de atividades.

Entrego ao Executivo o requerimento aprovado na semana passada, de minha autoria, solicitando informações sobre os programas de meta, tendo em vista o relatório que trata o parágrafo único do Art. 45, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Solicitando que o cumprimento desse relatório se dê à luz do Plano de Metas, que vem orientando as elaborações orçamentárias.

Estão encerrados os trabalhos.
